

---

# CONFLITOS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS E POTENCIALIDADES PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A VILA DE TRINDADE (PARATY – RJ)

CONFLICTS OF NATURAL RESOURCES USE IN PROTECTED AREAS AND POTENTIALITIES  
FOR TOURISM WITH COMMUNITY BASE: A SURVEY OF TRINDADE DISTRICT,  
PARATY MUNICIPALITY, RIO DE JANEIRO STATE

CONFLICTOS DE USO DE RECURSOS NATURALES EN ÁREAS PROTEGIDAS Y  
POTENCIALIDADES PARA EL TURISMO CON BASE COMUNITARIA: ENCUESTA DE  
DISTRITO COMERCIAL, MUNICIPIO DE PARATY, ESTADO RIO DE JANEIRO

Luana Balbino dos Santos<sup>1</sup>

Antônio José Teixeira Guerra<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo busca relações entre os conflitos e o estabelecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Os conflitos socioambientais expressam lutas entre interesses opostos. Identificar tais conflitos e os atores sociais envolvidos pode auxiliar na compreensão e resolução, principalmente quando se trata de comunidades tradicionais. Na vila de Trindade, bairro de Paraty, cidade do litoral sul do estado do Rio de Janeiro, destacam-se moradores, turistas, empresários, pescadores e o poder público como atores sociais com interesses distintos, tornando a área em questão, um campo farto para a captação de conflitos socioambientais. Conclui-se que a principal ameaça é o turismo, que surge como fonte de renda superior ao que era obtido antes com a pesca e a agricultura, portanto, propõe-se a valorização da cultura tradicional caiçara e o turismo de base comunitária como vertente natural para o uso na unidade de conservação.

**Palavras-chave:** Unidade de Conservação. Conflitos socioambientais. Turismo.

**ABSTRACT:** This article aims at understanding the relations between conflicts, the establishment of Serra da Bocaina National Park (PNSB). Therefore, to identify such conflicts and the social actors involved, may help to understand and to solve these conflicts, mainly when it regards traditional communities. In Trindade, which is a district of Paraty Municipality, it is possible to outline residents, tourists, businessmen, fishermen, and the public power, as social actors, with distinct interests, turning the study area a vast field for socio-environmental conflicts. We conclude that the main threat for cultural loss and

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: luanasantos200@rioeduca.net.

<sup>2</sup> Professor Doutor Titular do Departamento de Geografia da UFRJ. E-mail: antoniotguerra@gmail.com.

for the ecological conservation is tourism, which is the main source of resource, higher than what was obtained before with fishing and agriculture, therefore we propose valuing the traditional *caiçara* culture and the Community base tourism, as a natural source for touristic use within a Conservation Unit.

**Keywords:** Conservation Unit. Socio- environmental conflicts. Tourism.

**RESÚMEN:** Este artículo tiene como objetivo comprender las relaciones entre conflictos, la creación del Parque Nacional Serra da Bocaina (PNSB). Por lo tanto, identificar tales conflictos y los actores sociales involucrados, puede ayudar a comprender y resolver estos conflictos, principalmente cuando se trata de comunidades tradicionales. En Trindade, que es un distrito del municipio de Paraty, es posible perfilar a los residentes, turistas, empresarios, pescadores y el poder público, como actores sociales, con intereses distintos, convirtiendo el área de estudio en un vasto campo de conflictos socioambientales. Concluimos que la principal amenaza para la pérdida cultural y para la conservación ecológica es el turismo, que es la principal fuente de recurso, superior a lo que se obtenía antes con la pesca y la agricultura, por lo que proponemos valorar la cultura tradicional *caiçara* y el turismo de base comunitaria, como fuente natural para uso turístico dentro de una Unidad de Conservación.

**Palabras clave:** Unidad de conservación. Conflictos socioambientales. Turismo.

## INTRODUÇÃO

As discussões sobre questões ambientais não são neutras e refletem, entre outros aspectos, interesses de grupos sociais distintos, visões de mundo e paradigmas diferenciados, conflitos de valores, atitudes, percepções, conceitos e estratégias sociais (ARAÚJO; MELO e SOUZA, 2012). Em relação às unidades de conservação (UCs) essas deveriam servir como ferramenta para a harmonização entre os atores envolvidos na área e a unidade de relevância natural, entretanto, a implantação de áreas protegidas gera conflitos entre os setores da sociedade envolvidos.

Os conflitos socioambientais podem ser conceituados como os que expressam lutas entre interesses opostos na disputa pelos recursos naturais do meio ambiente comum, e são derivados dos distintos tipos de relação que os atores sociais mantêm com seu meio natural, assim como suas diferentes percepções ambientais. É possível identificar nesses conflitos comunidades tradicionais, preocupadas com as modificações em seu ambiente, o poder público, defendendo o cumprimento de legislações pertinentes, além de diversos setores da iniciativa privada, que procuram a exploração imobiliária e comercial de áreas naturais protegidas (LITTLE, 2002; ARAÚJO; MELO e SOUZA, 2012; ARCE *et al.*, 2014; BEZERRA *et al.*, 2018).

Os conflitos socioambientais podem ser classificados como de primeira e segunda ordem. Os de primeira ordem são aqueles que envolvem restrições imediatas de uso e apropriação dos recursos naturais a determinados grupos sociais em função da implantação de projetos econômicos, instalações industriais ou unidades de conservação. Os conflitos de segunda ordem correm em função de alterações na dinâmica social após a implantação destes projetos (SOUZA; MILANEZ, 2019).

A gestão ineficiente de diferentes unidades de conservação brasileiras deve-se principalmente à dificuldade dos órgãos governamentais em proporcionar os instrumentos

adequados ao manejo e proteção dessas áreas. É válido destacar que na América do Sul, dos 184 parques nacionais existentes, 86% encontram-se habitados por populações humanas, e quase um terço dos administradores cita a ocupação ilegal como o principal problema de manejo (AMEND; AMEND, 1992; PINTO *et al.*, 2006; FARIA, 2007; BELLINASSI; PAVÃO; CARDOSO-LEITE, 2011; MAGANHOTTO *et al.*, 2014). Na Vila de Trindade, bairro de Paraty, cidade do litoral sul do estado do Rio de Janeiro, é possível destacar moradores, turistas, empresários, pescadores e o poder público, como atores sociais inseridos em diferentes contextos culturais e sociais.

O problema de ocupação na região se iniciou em função dos limites geográficos do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), que sofreu nova delimitação, aprovada pelo Decreto Federal nº. 70.694, de 1972, e passou a incluir a área costeira e marinha de Trindade, além do costão rochoso do Camburi, na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a Praia do Cachadaço, Praia do Meio e uma ilha costeira denominada Ilha de Trindade. Para agravar a situação, a área do PNSB é circundada por importantes núcleos urbanos, que resultam em impactos ambientais dentro dos limites do Parque e no seu entorno. Como exemplos de impactos visíveis têm-se queimadas, extrativismo de madeira, de palmito, de bromélia e de orquídea, exploração de areia, pastagens, crescimento urbano e turismo não planejado. Além disso, houve a pavimentação recente de um trecho de 9,6 km da rodovia RJ165 conhecida como rodovia Paraty-Cunha que atravessa uma parte do PNSB, ligando a BR101, na altura do município de Paraty, ao município de Cunha, no estado de São Paulo, o que aponta para nova pressão antrópica, uma vez que irá favorecer o maior fluxo de veículos e turistas (GUERRA *et al.*, 2013).

O plano de manejo é o principal instrumento de planejamento e gestão de uma unidade de conservação. A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece que as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo que abranja a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com finalidade de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000). O plano de manejo do PNSB foi concluído em 2001 e aprovado em 2002, entretanto, até o ano de 2020, foi concluída apenas a primeira etapa da monitoria, que corresponde à Paraty-Cunha. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento a segunda etapa da monitoria do PNSB, que corresponde à Travessia do rio Mambucaba (BRASIL, 2001).

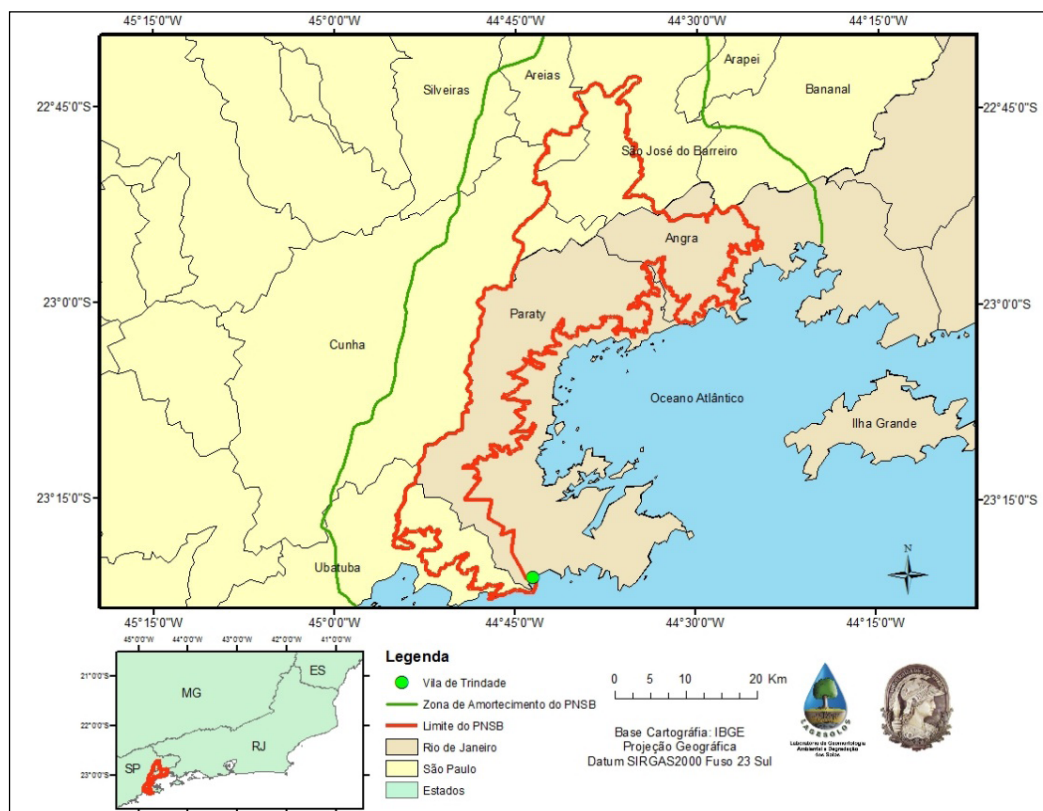
De acordo com o plano de manejo do PNSB, os problemas prioritários de gestão são o planejamento turístico e a expansão urbana, em especial em Trindade. Nesta área, o direito ao uso dos recursos naturais tem sido o catalisador dos conflitos, principalmente em função das proibições que limitaram o modo de vida das populações que ali vivem. Atualmente, observa-se uma mudança na forma de apropriação do recurso natural, como por exemplo, os pescadores, que na sua maioria trabalham como barqueiros, fazendo o transporte de turistas nas praias (BRASIL, 2001).

Diante do exposto, o presente artigo busca fazer um levantamento dos atores sociais de Trindade, fornecendo bases que contribuam para minimizar os conflitos socioambientais existentes. Busca-se contribuir com propostas para a inserção produtiva da comunidade de Trindade através do turismo de base comunitária com foco na conservação ambiental e valorização cultural.

## CONFLITOS E ATORES SOCIAIS

Trindade é um bairro de Paraty, que fica no litoral sul do Rio de Janeiro e constitui o limite sul do Parque Nacional da Serra da Bocaina. O Parque Nacional da Serra da Bocaina foi instituído em 1971, pelo Decreto Federal nº 68.172 de 04 de fevereiro de 1971. Inicialmente, o PNSB contava com uma área de 134.000 ha, sendo posteriormente modificado pelo Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1972, totalizando 104.000 ha, da qual cerca de 60% localizam-se no estado do Rio de Janeiro e 40% no estado de São Paulo, abrangendo áreas de quatro municípios paulistas, que são Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro e Areias, e dois municípios fluminenses, que são Angra dos Reis e Paraty (Figura 1).

O PNSB representa um importante fragmento de domínio Mata Atlântica, agrupando diversidade de tipos vegetacionais, além de extensões contínuas de áreas florestadas. Além disso, o PNSB faz limite com o Parque Estadual da Serra do Mar em Ubatuba, no núcleo Picinguaba, área ambientalmente estratégica por ser o único ponto onde os dois Parques atingem a orla marítima, tendo os limites de sua zona de amortecimento sobrepostos à Área de Proteção Ambiental do Cairuçu. Assim, o PNSB desempenha um papel vital como área de conservação e proteção dos recursos hídricos superficiais, pois correspondem aos mananciais de abastecimento das áreas urbanas como Angra dos Reis e Paraty (BRASIL, 2001; BRASIL, 2004).



**Figura 1.** Mapa de localização do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Fonte: Santos, L.B. (2016).

No tocante a Trindade, uma parte da vila de moradores, a Praia do Cachadaço e uma de suas principais atrações turísticas, que é a Piscina Natural do Cachadaço estão

inseridas dentro do limite do PNSB (Figura 2), enquanto o restante da vila e as demais praias estão na zona de amortecimento. Trindade possui seis praias que atraem muitos turistas, são elas: Praia Brava, Praia do Cepilho, Praia de Fora, Praia do Cepilho, Praia dos Ranchos e Praia do Meio (BRASIL, 2001).



**Figura 2.** Limite do PNSB e localização das principais praias da Vila de Trindade. Fonte: Santos, L.B. (2016).

Trindade era uma vila de pescadores, com um total de 151 imóveis registrados na Prefeitura Municipal de Paraty, além de outros registrados como imóveis rurais (BRASIL, 2001). Os dados demográficos mais recentes indicam que Paraty tenha aproximadamente 44 mil habitantes (IBGE, 2020), e o PNSB estima que aproximadamente 1000 pessoas vivam na Vila. Pode-se dizer que o turismo em Trindade teve seu marco a partir da construção da rodovia BR 101 na década de 70, após a abertura da estrada para o condomínio Laranjeiras, e o asfaltamento da trilha de acesso à Vila, que atualmente tem o turismo como fonte de renda para a comunidade.

Apesar do PNSB não estar consolidado em termos de visitação na Vila de Trindade, e de não dispor de estrutura para turistas, a iniciativa privada vem preenchendo esse espaço com atividades, o que promove um turismo não planejado e conflitante com uma UC de proteção integral. Atualmente, a vila recebe um fluxo intenso de turistas durante todo o ano, sendo mais intenso no verão e feriados prolongados.

Desta forma, torna-se necessário refletir sobre como minimizar os conflitos gerados numa comunidade, seja ela tradicional ou não, e aumentar a participação social durante o estabelecimento de uma unidade de conservação. É possível articular o uso tradicional dos recursos naturais com o manejo das unidades de conservação e o uso turístico, tendo o mínimo de perda das características culturais e dos recursos naturais?

## LEVANTAMENTO DE DADOS

As informações sobre os conflitos foram obtidas através de artigos científicos e documentos legais do PNSB, tais como o Plano de Manejo (BRASIL, 2001), relatórios de monitoria e atas das reuniões do Conselho Gestor e Conselho Consultivo. Os trabalhos de campo realizados na pesquisa foram divididos em duas fases: a participação em reuniões do Conselho Consultivo do PNSB e a coleta de dados, que compreende a observação participante e as visitas ao local.

De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000), o conselho consultivo de uma unidade de conservação federal tem como função ser um fórum democrático de valorização, controle social, discussão, negociação e gestão da unidade de conservação, sua zona de amortecimento ou área circundante. Nesta etapa, houve a participação, como ouvinte, em três reuniões do conselho e realizou-se a análise das atas das reuniões. Tais participações e leituras foram fundamentais para entender melhor os acontecimentos no PNSB, quais os planos dos gestores da unidade de conservação e como se estruturam os conflitos entre os grupos de interesses diversos.

A observação participante compreende a análise de fontes secundárias e de evidências observadas pelo pesquisador, que busca mostrar os efeitos da ação humana na paisagem, tais como manutenção de trilhas, preservação de espaços naturais, a disponibilidade de espaços construídos, entre outros. Ou seja, é uma coparticipação sistemática em atividades de um grupo, na forma de observação, no qual há atenção aos interesses e emoções dos participantes, além de coletas de informações referentes às características do grupo e aos processos (WHYTE, 1977; KLUCKHOHN, 2018).

Após as participações nas reuniões, e a melhor compreensão da situação do PNSB em Trindade, ocorreram os trabalhos de campo para reconhecimento da área, buscando visualizar as primeiras ações do PNSB no local. Foram três idas a campo na Vila de Trindade para observação participante. Uma foi realizada no inverno (julho de 2013) e outra no verão (janeiro de 2014), períodos de menor e maior fluxo de turistas. E a terceira ida coincidiu com o IV Festejo Caiçara de Trindade, em outubro de 2014, quando os moradores organizam um evento para valorização da cultura caiçara, buscando discutir, junto as associações, os rumos de suas ações no local.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira reunião do Conselho Consultivo ocorreu em 11 de julho de 2013, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e foram debatidos temas como a renovação do mandato dos conselheiros e o controle de visitas à Piscina Natural do Cachadaço, através do uso de pulseiras disponibilizadas pelo PNSB. Durante a reunião houve uma apresentação sobre as ações da Associação dos Barqueiros de Trindade (ABAT), além de uma avaliação da priorização de ações gerenciais da gestão do PNSB, no qual a retirada dos quiosques da Praia do Meio foram os principais pontos discutidos.

Outro ponto de discussão foi a formalização da atividade embarcada no interior do PNSB, no que se refere ao uso dos barcos de pesca para transporte de turistas, assim como parcerias para a gestão e monitoria do PNSB em Trindade. Na reunião estavam presentes, além dos representantes legais do PNSB, representantes da APA Caiçu, Associação dos Produtores Rurais do Vale Mambucaba, Associação de Moradores de Trindade (AMOT), Associação Bocaina Viva, Associação Pró-Bocaina, Associação de Guias de Turismo

de Paraty, da Prefeitura de Angra dos Reis, assim como pesquisadores da UNICAMP e UFRJ. Excetuando-se os representantes das associações que são moradores de Trindade, não havia nenhum outro morador participando da reunião.

A segunda reunião ocorreu em 14 de novembro de 2014, também em Angra dos Reis. Nessa reunião foram tratados assuntos referentes aos investimentos de infraestrutura em Trindade, dentre eles um projeto, com previsão de início em 2015, que foi apresentado à comunidade em duas reuniões, mas que não tiveram bom resultado, devido ao pouco número de pessoas presentes, e que precisou ser encaminhado à Associação de Moradores. Durante a reunião, houve o questionamento do grupo em relação à necessidade de maior esclarecimento para a comunidade, principalmente sobre a diferença entre construções feitas pela instituição pública e construções particulares, evitando-se assim maiores questionamentos e conflitos por parte dos moradores, que apresentaram receio de estarem perdendo suas terras para iniciativas privadas. Além dos representantes das associações e instituições da reunião anterior, estavam presentes representantes da Prefeitura de Cunha, da Área de Proteção Ambiental Tamoios, do Mosaico Bocaina, Sala Verde Sertões da Bocaina, Associação de Remanescente do Quilombo Santa Rita do Bracuí, do Instituto Estadual do Ambiente e da Eletronuclear. Novamente nessa reunião, não haviam moradores, com exceção dos representantes das associações.

A terceira reunião, ocorreu em 15 de maio de 2015, no auditório da APA Cairuçu, em Paraty. A principal discussão foi em torno de questionamentos feitos pelos conselheiros sobre a localização para a construção da sede do PNSB na Praia do Meio em Trindade. Foi discutida também a gestão da Praia do Meio, assim como a construção da estação de tratamento de esgoto, que aguarda ações da Prefeitura de Paraty. Nesta reunião, estavam presentes representantes da Prefeitura de Ubatuba e de Angra dos Reis, além de representantes da Associação Bocaina Viva, Sala Verde Sertões da Bocaina, ABAT, AMOT e APA Cairuçu.

Essa etapa foi fundamental para a compreensão da complexidade da gestão de uma unidade de conservação, especialmente quando o seu interior e limites incluem uma comunidade. Foi possível observar o quanto medidas simples de conservação ambiental podem influenciar diretamente na vida das pessoas que estão no interior ou entorno da UC. Identificou-se os principais conflitos de interesse e atores sociais envolvidos, que compreendem: os funcionários da administração pública, turistas, entidades da sociedade civil organizada, gestores da unidade de conservação e moradores. Observou-se também, que apesar dos moradores serem interessados nos resultados das discussões, eles não costumam frequentar tais reuniões, mesmo quando ocorrem próximo de Trindade.

Durante o primeiro trabalho de campo, em julho de 2013, foram identificadas algumas ações do PNSB a respeito da delimitação da unidade de conservação, como por exemplo, a instalação de placas para delimitar a área do PNSB (Figura 3), o fechamento e reforma do rancho de pesca onde ficam os barcos dos pescadores e o fechamento de estacionamentos e quiosques inseridos dentro dos limites da UC, o que gerou mobilização da comunidade com chamadas públicas para reuniões de associações de moradores, além de atos de protesto.

Ao longo dessa ida a campo, foram identificadas as principais atividades econômicas realizadas em Trindade, e dentre esses usos, os mais impactantes foram os associados aos processos turísticos e de urbanização, que vêm reconfigurando a paisagem e afetando as condições ambientais. Verifica-se uma confluência de interesses privados e públicos, representados por capitais de investimento diversos, e por legislações municipais, estaduais e federais.





Figura 3. Placa de delimitação da unidade de conservação na Praia do Meio (Fonte: Santos, L.B., 2016).

Num segundo trabalho de campo, em janeiro de 2014, seis meses após as primeiras ações do PNSB, foi possível observar uma diferença na Praia do Meio, além de um aparente abandono da praia por parte dos turistas e comerciantes, em função do fechamento dos quiosques e estacionamentos (Figura 4). Notou-se que essa situação gerou mais revolta e mobilização da população, principalmente em função da situação que se encontra a Praia do Meio, sem investimentos em infraestrutura para visitação, e em função da falta de alternativas para obtenção de renda.

Ainda em 2014, no mês de outubro, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty organizou o Festejo Caiçara, na tentativa de valorização da cultura tradicional caiçara, o que é visto pelos representantes das associações como o meio para se reivindicar o reconhecimento do território e se manter no local. Sobre o objetivo do evento, de acordo com os organizadores foram três dias para comemorar a conquista pela permanência dos trindadeiros em seu território, além de manter o elo com a tradição local (Fonte: <http://www.preservareresistir.org/>, acesso em 05 de outubro de 2014).

Uma das discussões ocorridas ao longo do festejo, foi a questão da construção do Mercado Comunitário, que seria um espaço de vendas de produtos como pescados, ovos, artesanato, verduras e hortaliças. Porém, com as alterações nos limites do PNSB, solicitou-se a retirada do mercado, gerando mais um conflito entre a gestão do PNSB e a comunidade, representada nesta disputa pela Associação de Moradores da Trindade, a ABAT e a ONG Cachadaço Bocaina Mar.





**Figura 4.** Retirada de construção da Praia do Meio (Fonte: Santos, L.B., 2016).

É válido destacar que o evento foi divulgado pela prefeitura de Paraty, que disponibilizou um intervalo menor nas linhas de ônibus ligando Trindade a Paraty, o que lotou a Vila de Trindade com turistas e moradores de Paraty. Entretanto, o interesse dos visitantes era maior nas praias de Trindade, do que a participação no evento. Desta forma, o evento ficou basicamente restrito aos organizadores, comunidade e representantes das associações, enquanto a Vila recebeu um intenso fluxo de turistas, que leva a questionar se os resultados do festejo são positivos.

No intervalo de tempo entre os dois trabalhos de campo, foi possível identificar o surgimento de diversas obras para ampliação de pousadas, ou construção de novas moradia, provavelmente na busca de atender à crescente demanda de turistas. Em fevereiro de 2015, duas decisões da Advocacia Geral da União (AGU) determinaram a remoção dos demais quiosques comerciais, tidos como irregulares na Praia do Meio, restando apenas 3 das 21 construções consideradas ilegais dentro dos limites do PNSB. Segundo a determinação, tais quiosques foram erguidos sem autorização e provocavam prejuízos ambientais incompatíveis com o regime especial de proteção da unidade de conservação, tais como eliminação de vegetação nativa e contaminação dos solos e lençol freático, pelo uso de fossas inadequadas, além de estarem em faixa de areia, a poucos metros do mar, e em área pertencente à Marinha.

O que ficou mais evidente durante a observação participante foi o conflito de interesses entre a população e os gestores da unidade de conservação, além da memória em relação a antiga disputa pela posse de terra, enfrentada pelos moradores em décadas passadas, o que parece agravar ainda mais o contexto, pois a população encontra-se com receios quanto ao seu direito à propriedade. Em relação a estrutura de Trindade, foi possível observar que, apesar do significativo aumento dos turistas, os serviços urbanos pouco avançaram, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, infraestrutura

para receber turistas e transporte público. Isso fica evidente em relação a instalação da estação de tratamento de esgoto, que até o ano de 2020 ainda não havia sido realizada, pela disponibilidade de uma única linha de ônibus ligando Trindade a Paraty, e pelos problemas enfrentados pelos moradores como trânsito e falta de luz nos feriados ou datas comemorativas, quando o fluxo de turistas é bem maior.

A participação social das comunidades do entorno ou até mesmo de dentro das unidades de conservação torna-se importante ferramenta de gestão, principalmente quando se trata de comunidades tradicionais. A partir da análise das reuniões do conselho consultivo, identificou-se que na base dos conflitos estão a diversidade de interesses e a falta de efetivação de uma gestão participativa.

A gestão participativa, é a administração na qual cada representante pode manifestar e negociar seus interesses de forma igualitária, com sentimento de responsabilidade e pertencimento a um grupo, participando em conjunto na construção das decisões a serem tomadas (BRASIL, 2007). Tal gestão é assegurada pelo SNUC (BRASIL, 2000) no seu artigo 5º, que trata especificamente da participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UCs. As vantagens desse tipo de gestão estão no aumento da confiança entre as instituições e os interessados, o que pode levar a um comprometimento maior para cumprir as decisões.

É possível notar que há avanços legais e discursivos referentes aos processos participativos na gestão de áreas protegidas, entretanto, os embasamentos legais não garantem necessariamente processos participativos satisfatórios. Essas dificuldades e contradições podem ser relacionadas a fatores como: a cultura política da população envolvida nos processos participativos, com baixa organização, conhecimento e representação; a cultura política do próprio órgão responsável pela gestão, que apresenta um histórico marcado tanto pelo preservacionismo como por ações repressivas; a pouca experiência de implantação de processos participativos e pela falta de profissionais com habilidades específicas para atuar na mediação dos conflitos.

É importante destacar, que apesar dos moradores terem uma ligação com a cultura e a história de Trindade, atualmente suas atitudes refletem uma perda da cultura tradicional e valorização de meios para geração de renda, como os que atendem ao turismo de massa. Isso nos leva a refletir sobre o conceito de comunidades tradicionais e como o potencial turístico pode ser explorado sem descaracterizar o uso tradicional dos recursos.

A Secretaria de Turismo e Cultura de Paraty é responsável pelo planejamento estratégico e operacional da atividade turística em Trindade, mas as ações não obtêm continuidade, devido à falta de vínculos entre uma gestão e outra. Atualmente, o SEBRAE desenvolve em Paraty, em parceria com o ICMBio e o Ministério do Turismo, um projeto de atendimento e fomento da cadeia produtiva, voltada para o setor turístico em torno das Unidades de Conservação. O projeto é direcionado para os pequenos negócios do turismo no entorno, abrangendo gestores, coordenadores, condutores e trabalhadores do setor de turismo. Entretanto, de acordo com a coordenação do Sebrae Costa Verde (RJ), em informações concedidas através de e-mail para a presente pesquisa, o projeto busca entre outras coisas, o aumento da competitividade e da lucratividade, a diversificação da oferta turística, a criação de um roteiro que integre a cadeia produtiva do turismo, com ofertas focadas para o mercado de turismo nacional e internacional, além de um incremento no fluxo de visitação no PNSB e aumento da permanência de turistas nos destinos envolvidos no projeto.

Tais ações são positivas, pois qualificam o setor turístico da Vila de Trindade para atender a demanda nacional e internacional que já existe em Paraty, favorecendo a geração de renda, porém pode promover a descaracterização da cultura local. É válido ressaltar que não se trata de propor uma ausência de investimentos em infraestrutura e capacitação da população para o turismo, mas destacar a importância da preservação da cultura local, e principalmente que o roteiro turístico seja planejado pela própria comunidade, já tantas vezes excluída dos processos.

Percebe-se que inúmeros desafios devem ser vencidos na criação e gestão de UCs. Parte desses desafios estão ligados as estratégias de gestão, que nem sempre, levam em consideração as características sócio-histórico-culturais da região. Outro problema está relacionado a de envolvimento das populações locais nos processos de gestão, o que dificulta o manejo e a conservação de UC. Tais considerações sugerem questionamentos sobre a efetividade de um sistema nacional único para gestão de áreas protegidas, com parâmetros rígidos e pouco flexíveis na classificação das unidades de conservação. Essa questão fica evidente, principalmente, quando se trata de UCs com as dimensões e complexidades estruturais do PNSB, no qual áreas diferentes poderiam ser regulamentadas por regimentos diferentes, que considerem as peculiaridades locais.

Pensar a educação ambiental no contexto dos processos de gestão é estratégico para a reflexão crítica sobre os rumos do desenvolvimento, bem como para o enfrentamento dos conflitos ambientais. Assim, o maior desafio da educação no processo de gestão ambiental consiste no desenvolvimento de acordos consensuais entre os agentes sociais, por meio da participação e diálogo (LAYRARGUES, 2002; LOUREIRO, 2004, RODRIGUES *et al.*, 2018).

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

A primeira proposta consiste no desenvolvimento de uma trilha interpretativa, na trilha que liga a Praia do Cachadaço até a Piscina Natural, objetivando a valorização do espaço, a divulgação das histórias sobre o lugar, a valorização dos aspectos biológicos de fauna e flora, assim como dos aspectos geoambientais, com informações sobre relevo, geologia e hidrologia, visando principalmente a sensibilização dos turistas para a conservação do local, que atualmente é usado apenas como passagem para se chegar até a piscina natural. Propõe-se a elaboração de um folder, voltado para os turistas, sobre a definição de uma comunidade caiçara, a história do PNSB, o conceito de unidade de conservação de proteção integral e suas restrições.

A segunda proposta reside na capacitação de jovens, moradores de Trindade, para atuação na trilha e na piscina natural, sob os aspectos do ecoturismo, e voltado para a educação ambiental dos visitantes. Esses jovens podem ser contratados como monitores do PNSB, estimulando o interesse deles pelo local e contribuindo para a geração de renda. Atualmente, o PNSB seleciona estudantes universitários para ações de voluntariado dentro da unidade de conservação.

Outra proposta é o reestabelecimento do mercado de produtos caiçaras para que os produtores locais possam expor o seu trabalho e obter renda, associando turismo e cultura tradicional. Diante do contexto de valorização da cultura local, propõe-se a abertura da casa de ciranda, uma casa tipicamente caiçara, para ser utilizada como espaço educativo voltado aos turistas e à comunidade, incluindo exposições, oficinas de artesanatos, oficinas de comidas tradicionais e contação de histórias sobre Trindade.

Por fim, para a efetividade de um turismo de base comunitária, propõe-se o incentivo, por parte do governo, à população de Trindade, desprovida de maiores recursos financeiros e de conhecimentos das formas de trabalho com turismo, para que tenham maior responsabilidade no desenvolvimento das atividades, visando a construção de um modelo turístico próprio e de base comunitária, que não seja uma cópia do modelo já existente em outros lugares, que seguem moldes internacionais.

Tais propostas foram apresentadas aos gestores do PNSB assim como aos representantes das associações comunitárias. Espera-se que colaborem para a reelaboração do plano de manejo e que, futuramente possam ser colocadas em prática.

## CONCLUSÕES

Observou-se que uma das principais ameaças, tanto para a perda cultural, como para a conservação ecológica, é a intensificação do turismo, que surge como fonte de renda superior ao que era obtido antes com a pesca e a agricultura. Desta forma, o turismo de base comunitária aparece como alternativa rentável que permite associar conservação cultural e ecológica, tornando-se uma forma de mediar os conflitos socioambientais existentes.

Os resultados do estudo apontam alguns desafios para o fortalecimento da relação entre a comunidade de Trindade e o PNSB, tais como: a continuidade das atividades de comunicação envolvendo os diferentes segmentos sociais, a revisão no plano de manejo da UC e a efetividade das ações de infraestrutura e saneamento.

Acredita-se que tais propostas possam ser estendidas a demais unidades de conservação que estejam passando por processos semelhantes, desde que as devidas particularidades de cada área sejam consideradas.

## REFERÊNCIAS

- AMEND, S.; AMEND, T. Habitantes en los Parques Nacionales: una contradicción insoluble? *In: AMEND, S.; AMEND, T. (orgs.). Espacio sin habitantes? Parques Nacionales de América del Sur.* Caracas: IUCN/Editorial Nueva Sociedad, 1992. P. 453-472.
- ARAÚJO, L. R. R.; MELO e SOUZA, R. Territorialidade, conflitos socioambientais e a atividade turística em unidades de conservação: uma discussão conceitual. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v. 5, n. 2, p. 19-27, 2012. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/nature/article/view/ESS1983-8344.2012.002.0002>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- ARCE, P. A.; PENDLOSKI, R. B.; GALLARDO, A. L. C. F.; RUIZ, M. S. Conflitos socioambientais em unidades de conservação em áreas urbanas: o caso do Parque Tizo em São Paulo. **Revista Holos**, Rio Grande do Norte, v. 30, n. 1, p. 75-85, mar. 2014. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BELLINASSI, S.; PAVÃO, A.C.; CARDOSO-LEITE, E. Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 274-293, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5918>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BEZERRA, G.S.C.L.; CARVALHO, R.M.C.M.O.; LYRA, M.R.C.C.; FRUTUOSO, M. N.M.A.; RODRIGUES, S.S.F.B. Política pública, participação social e gestão de unidades de conservação: novos caminhos para antigos desafios. **Holos**, v. 6, p. 117-

129, dez. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4486>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 3. ed. Brasília: MMA/SBF, 2000. 52 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Management effectiveness of Brazil's federal protected areas implementation of the Rappam Methodology Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management**. Organizado por C. A. Onaga e M. A. Drumon. Traduzido por Adriana Casanova Guedes de Almeida. Brasília, DF: MMA, 2007.

BRASIL. **Plano de manejo da APA do Cairuçu**. Brasília: ICMBio, 2004. 84 p. Disponível em: [www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades.../apa\\_cairucu.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades.../apa_cairucu.pdf). Acesso em: 03 fev. 2016.

BRASIL. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**. Brasília: IBAMA, 2001. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/pesquisa-cientifica.html>. Acesso em: 01 abr. 2016.

FARIA, H. H. Avaliação do desempenho gerencial de unidades de conservação: a técnica a serviço de gestões eficazes. *In*: ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. p. 139-160.

GUERRA, A. J. T.; BEZERRA, J. F. R.; JORGE, M. C. O.; FULLEN, M. A. Geomorphology of Angra dos Reis and Paraty Municipalities. **Revista Geonorte**. v. 9, n. 1, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1141>. Acesso em: 13 fev. 2021.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios–PNAD, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama>. Acesso em: 09 fev. 2021.

KLUCKHOHN, F.R. O método de “observação participante” no estudo de pequenas comunidades. **Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 2, n. 5, p. 29-38, jul. 2018. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/grem/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V2%20N5%20Julho%202018%20Artigo%20KLUCKHOHN.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

LAYRARGUE, P.P. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, ano 2, v. 2, n. 1, abr. 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/11788>. Acesso em: 13 fev. 2021.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 1-32, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 13 fev. 2021.

LOUREIRO, C. F. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAGANHOTTO, R.F.; SANTOS, L.J. C.; NUCCI, J.C.; LOHMANN, M.; SOUZA, L.C.P. Unidades de conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 203-221, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/764>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PINTO, L. P.; BEDÊ, L.C.; PAESE, A.; FONSECA, M.; PAGLIA, A. P.; LAMAS, I. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um Hotspot mundial. *In*: ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; VAN SLUYS, M.; ALVES, M. A. S. (org.). **Biologia da conservação: essências**. São Carlos: RIMA, 2006. p. 69-96. Disponível

em: [http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos\\_restritos/files/documento/2018-11/conservacao\\_mata\\_atlantica.pdf](http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2018-11/conservacao_mata_atlantica.pdf). Acesso em: 13 fev. 2021.

SANTOS, L.B. **Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas, percepção ambiental e potencialidades para o turismo de base comunitária: um estudo em Trindade (Paraty - RJ)**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2016.

SOUZA, L.R.C.; MILANEZ, B. Comunidades e unidades de conservação: conflitos socioambientais de segunda ordem no entorno do Parque Nacional do Caparaó. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 20, n. 69, p. 403–420, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335501218\\_Comunidades\\_e\\_Unidades\\_de\\_Conservacao\\_conflitos\\_socioambientais\\_de\\_segunda\\_ordem\\_no\\_entorno\\_do\\_Parque\\_Nacional\\_do\\_Caparao](https://www.researchgate.net/publication/335501218_Comunidades_e_Unidades_de_Conservacao_conflitos_socioambientais_de_segunda_ordem_no_entorno_do_Parque_Nacional_do_Caparao). Acesso em: 13 fev. 2021.

WHYTE, A. **Guidelines for Fields Studies in Evironmental Perception**. Paris: UNESCO, 1977.